

A Constituinte vai esperar as eleições

Somente depois das eleições de 15 de novembro o Congresso Nacional vai concluir a votação da proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, segundo informou o líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga. Resolvido o impasse em torno da anistia aos militares, com a rejeição da emenda do deputa-

do Jorge Uequed, o substitutivo da Constituinte poderia ter sido votado ontem, mas faltou quórum devido ao grande número de deputados que deixou Brasília às primeiras horas do dia.

Além de marcar nova data para a votação da matéria, o líder do PMDB tem outra preocupação: recompor a unidade partidária, abalada pelas di-

vergências em torno da anistia. Onze dos 24 vice-líderes e 93 dos 204 deputados peemedebistas votaram contra a orientação do governo. A emenda Uequed recebeu 206 votos favoráveis e 152 contrários e só não foi aprovada por não atingir os 320 "sim" exigidos pela Constituição. Houve rebeldias também no PDS, sobretudo dos malufistas, contra o líder Prisco Viana.

A ampliação da anistia, que motivou ameaça de exoneração dos ministros militares, foi rejeitada em sessão encerrada às 4 horas de ontem, em que não faltaram críticas a Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga por defenderem a posição do governo e lutarem para aprovar o substitutivo Glavarina à proposta de convocação da Constituinte.

Texto já não pode ser alterado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Depois de o Congresso Nacional ter passado quatro dias seguidos discutindo e votando a proposta de convocação da Constituinte e a proposta de nova minirreforma tributária, a semana termina sem decisão final sobre as duas matérias, o que talvez só ocorra depois das eleições ou em março do ano que vem. A proposta da Constituinte aguarda ainda a deliberação sobre quatro pontos destacados do substitutivo Valmor Glavarina para completar-se a votação em primeiro turno. O ponto mais polêmico, porém, ficou resolvido ontem de madrugada: foi rejeitada, por não ter sido alcançado o quórum de dois terços na Câmara, a emenda Jorge Uequed (PMDB-RS), que tinha o veto dos ministros militares.

A proposta da minirreforma tributária foi aprovada em primeiro turno quase que por unanimidade e sua aprovação, em segundo, será pacífica, dependendo apenas do quórum (continuum sendo necessários os dois terços da Câmara e do Senado). No segundo turno a que tem-se de ser submetidas as propostas de emenda constitucional já não mais pode ser alterado o texto anteriormente aprovado.

DEZ DIAS, O PRAZO

A sessão do Congresso Nacional, que se estendera por toda a noite e fora suspensa por volta das 5 horas

da madrugada, prosseguiu às 11h15 (embora marcada para as 10 horas), mas nada mais pôde ser votado. Todo o tempo foi consumido por sucessivas questões de ordem em torno da dúvida levantada de madrugada: se as expressões "destacadas" do substitutivo precisam do quórum de dois terços para que as emendas fossem reincluídas ou se estão apenas "suspensas" e precisam, ao contrário, do quórum de dois terços para serem rejeitadas.

Às 12h40, o presidente do Congresso, José Fragelli, decidiu acolher recurso do deputado João Gilberto e pediu parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o qual será depois submetido a plenário, para se estabelecer uma norma sobre a matéria. Em seguida, assinalando não haver quórum necessário para votação de matéria constitucional (havia 38 senadores e 259 deputados, quando o mínimo exigido é de 46 e 320), encerrou a sessão e não convocou outra.

O presidente do Congresso pode, a qualquer tempo, convocar nova sessão para o prosseguimento das votações e, normalmente, ele o faz de comum acordo com as lideranças partidárias. A interrupção da votação não traz nenhum prejuízo para as matérias. Não há prazo para exame de proposta de emenda constitucional.

O regimento comum do Congresso fixa um interstício máximo de

dez dias entre um turno e outro. Seria o caso da mini-reforma tributária. Ela precisaria, assim, ser votada em segundo turno até o dia 4 de novembro. Mas esse dispositivo regimental teria sido superado pela emenda 22, de junho de 1982, a qual acabou com o prazo de 90 dias até então estabelecido para a votação de propostas de emendas constitucionais.



Prisco e Pimenta

QUESTÕES DE ORDEM

Todo o tempo da sessão realizada ontem de manhã foi tomado pelas discussões a respeito da interpretação do que significa "destacada" para efeito de votação. Os deputados Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), João Gilberto (PMDB-RS) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), principalmente,

acusaram os senadores de estarem dando interpretação regimental em causa própria. Esses deputados entendem que, tendo sido aprovado pedido de destaque de determinados pontos, para serem votados separadamente, eles deixaram de fazer parte do corpo do substitutivo aprovado e têm de ser submetidos a votos, aplicando-se a eles o quórum de dois terços para serem aprovados. Alberto Goldman (PCB-SP) chegou a separar páginas de um projeto para ilustrar seus argumentos: "Votamos esta parte e separamos esta outra aqui. Agora, vamos votar esta outra. Qual é o quórum para a aprovação de matéria constitucional? É o quórum de dois terços".

Os senadores, porém, demonstraram que não entendem assim. Mário Maia (PMDB-AC) foi o primeiro a argumentar que a aprovação dos pedidos de destaque não retirou do substitutivo as partes "destacadas". Para a exclusão destas, é que são agora necessários os dois terços. Foi esse também o argumento de Marcondes Gadelha (PFL-PB), acusado por Israel Pinheiro de haver mudado sua decisão (pois presidia a Mesa de madrugada, quando a questão fora levantada), "por pressão do senador Itamar Franco (PMDB-MG)". O próprio Itamar Franco também foi acusado por Bonifácio de Andrada de haver mudado sua posição anterior, favorável a uma "Constituinte autônoma", para ficar com "o conluio dos senadores".

Provocações e vaias

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A emenda Jorge Uequed foi rejeitada pelo Congresso às 4h10 da madrugada de ontem, depois de mais de seis horas de discussão e num clima dramático de apelos sucessivos ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, em favor da anistia ampla e irrestrita, e de provocações do PDS malufista. A proposta não chegou a ser submetida ao Senado, porque não atingiu os 320 votos "sim" exigidos da Câmara, para matérias constitucionais, apesar de ter recebido 206 votos favoráveis. Votaram "não" 152 deputados, entre eles Ulysses Guimarães.

A emenda Uequed só foi votada na madrugada porque houve inversão na ordem dos destaques, a pedido do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que aproveitou o clima emocional do plenário e conseguiu a aprovação de todos os líderes partidários para que a proposta fosse a segunda da pauta — ela estava na sexta colocação. Quando a inversão foi aprovada, o deputado Ulysses Guimarães, que havia se retirado por alguns minutos da sessão, voltou apressado e bateu três vezes na madeira antes de entrar no plenário.

A esta altura, os líderes da Aliança Democrática já estavam cientes de que a emenda Uequed iria receber um grande número de votos favoráveis. Vários peemedebistas ocuparam os microfones de apertar para anunciar apoio à anistia ampla, geral e irrestrita, conclamando os companheiros a não abandonarem uma das maiores bandeiras do partido. Nas galerias, dezenas de militares punidos acompanharam com palmas e vaias a sessão.

OS DISCURSOS

Logo depois da meia-noite, o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, fez a sua primeira intervenção contra a emenda Jorge Uequed. Foi infeliz ao afirmar que era favorável à emenda Valmor Glavarina, porque não queria que "militares honrados sejam igualados a corruptos, traficantes e até a pedestras", sendo votado pelo plenário e acusado de discriminar as minorias.

As maiores pressões, contudo, foram dirigidas ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, citado em todos os discursos e apertes. O deputado malufista Sebastião Curió (PA) disse que votaria contra a emenda Uequed por convicções ideológicas, mas tranquilizou ironicamente as galerias, lembrando que o PMDB estava a postos no plenário para aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita,

"que sempre pregou nas praças públicas".

Em seguida, falaram os líderes de cada partido, encaminhando a votação. O do PTB, Gastoni Righi, disse que o seu partido tinha, proporcionalmente, a maior soma de cassados, presos e torturados e iria votar a favor da emenda Uequed. O clima ficou mais tenso ainda quando o líder do PDB, Sebastião Nery — beneficiado pela anistia de 79 — subiu à tribuna para indagar se o Congresso tinha o direito de negar anistia para os militares que lutaram pela legalidade "se anistiou os assassinos de Vladimir Herzog".

O deputado ex-exilado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que havia votado na noite anterior contra o destaque para a emenda Uequed, anunciou que iria mudar o seu voto: "Não posso votar contra a anistia", desabafou. Foi seguido pelos deputados Miguel Arraes (PMDB-PE) e Cristina Tavares (PE).

Pouco antes da votação, o senador Fernando Henrique Cardoso, candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo, entrou no plenário e foi chamado aos microfones pelo líder do PTB, Gastoni Righi, para anunciar o seu voto. "Não sei como pensa o líder do Congresso, sei que ele é um homem avançado, progressista e gostaria que proclamasse o seu voto aqui e agora", disse Righi.

Cardoso esclareceu que estava licenciado das funções de líder do Congresso, mas que só iria anunciar o seu voto no decorrer da votação. Às 2h30, ele subiu à tribuna para defender a aprovação da emenda Glavarina, chamando a atenção do PMDB e do Congresso para as responsabilidades que assumiram "de conduzir a transição política". Ele acusou os malufistas de estarem defendendo a emenda Uequed, que não estabelecia prazo para a anistia, com o objetivo de beneficiar os responsáveis pelo escândalo Lufialla, que envolve o deputado Paulo Maluf e sua mulher, Sílvia Lufialla.

O deputado Ulysses Guimarães, por sua vez, pediu a palavra para explicar que iria obedecer à orientação da liderança do PMDB e votar contra a emenda Uequed. Lembrou as intensas negociações que precederam a emenda Glavarina e cobrou a co-responsabilidade dos que dela participaram. "Avançamos muito, mas vamos continuar lutando para aperfeiçoar a anistia e garantir a reintegração das pessoas anisteadas — afirmou. A luta não acabou". A votação começou a seguir, entre vaias e aplausos. No final, o presidente Sarney recebeu a notícia da rejeição da matéria do seu próprio filho, o deputado Sarney Filho.



Depois de uma noite agitada, o plenário esvaziou-se

Rebeldia, a preocupação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Somente a partir de 20 de novembro, depois das eleições municipais, poderá haver novo esforço concentrado, acertado entre as lideranças partidárias, para concluir a votação da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a Reforma Tributária de Emergência, segundo informou o líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga.

Nos próximos dias, Pimenta da Veiga vai examinar o problema da rebeldia ocorrida na bancada do PMDB na Câmara, em que a maioria dos deputados e a metade dos vice-líderes votaram a favor da emenda Jorge Uequed, contrariando a orientação do governo. "Não podemos admitir divergências profundas no Colégio de Líderes", disse ele, notando que 11 dos seus 22 vice-líderes ignoraram a posição do governo na matéria.

Uma nova votação, para concluir o exame das matérias e a rebeldia da bancada na questão da anistia dos militares eram os dois problemas que ontem preocupavam a liderança do PMDB. Enquanto Pimenta da Veiga procurava as presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli, para tentar marcar nova data, o líder do PTB, Gastoni Righi (SP) e o deputado Jorge Uequed previam que somente em março do ano que vem será possível concluir as duas votações. Para eles, entre 20 de novembro e o início do recesso parlamentar, a 5 de dezembro, dificilmente haverá quórum suficiente — 320 deputados e 46 senadores.

A questão da rebeldia é mais complexa porque ela começou na vice-liderança peemedebista. Dos 24 vice-líderes, dois faltaram à votação. Hélio Manhães (ES) e José Maria Magalhães (MG) — e onze não seguiram o líder.

Votaram a favor da emenda Jorge Uequed os vice-líderes Afrton Soa-

res (SP), Arthur Virgílio Neto (AM), Mário Frota (AM), Raul Ferraz (BA), Darcy Passos (SP), Júlia Marise (MG), Lello Souza (RS), Renan Calheiros (AL), Marcondes Pereira (SP), Jorge Uequed (RS) e José Fogaça (RS). Segundo informações de deputados peemedebistas, Mário Frota já havia comunicado sua renúncia à vice-liderança. Pimenta da Veiga anunciou que vai tomar as "providências cabíveis" no caso, mas não anunciou que medidas serão estas.

Até mesmo entre os membros da Comissão Executiva Nacional do PMDB houve divergências: o 1º vice-presidente Miguel Arraes e os vogais Francisco Pinto e Carneiro Arnould votaram a favor da emenda Jorge Uequed.

Dos 206 votos favoráveis à emenda Jorge Uequed, 93 foram de deputados do PMDB, sobretudo da chamada "Esquerda Independente", 17 foram de integrantes do PFL e 58 foram do PDS, todos eles divergentes das respectivas lideranças. Dos 204 deputados do PMDB, 38 nem compareceram à votação na madrugada de ontem, e apenas 73 acompanharam a liderança. Dos 124 do PDS, 42 se ausentaram e apenas 24 acompanharam o voto do líder (os malufistas votaram a favor). Na bancada de 105 deputados do PFL, registraram-se 33 ausências e 55 votos de acordo com a orientação do governo.

Os pequenos partidos foram responsáveis por 38 dos votos a favor da anistia proposta por Jorge Uequed. Dos 19 do PDT, dois faltaram e 17 disseram "sim" à emenda Uequed. Dos 11 do PTB, oito votaram e três se ausentaram. Os cinco do PT, três do PCB, dois do PC do B, dois do PSB e um do PS completaram a votação. O PL e o PDC, com um deputado cada, não participaram da votação.

O deputado Alberto Goldman (SP), como líder do PCB, anteriormente havia votado pela aprovação do substitutivo Glavarina e, por equívoco, figurou entre os que se ausentaram do plenário, na lista do Estado, publicada ontem.



Fragelli e Ulysses comandam uma sessão tumultuada

Rumores sobre crise acabam na madrugada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Nadaram, nadaram e morreram todos na praia. Dias, noites e madrugadas de discussões e cansativas votações nominais, até agora sem qualquer resultado prático. Nem a emenda da convocação da Constituinte, nem a emenda da reforma tributária. Devido a manobras regimentais, a da Constituinte emperrou na fase final de votação em primeiro turno. A da reforma tributária foi aprovada em primeiro turno, mas não foi submetida ontem ao segundo turno.

Na madrugada de ontem, o assunto mais polêmico dos últimos dias — a ampliação da anistia a civis e militares — até que teve solução pacífica, sem incidentes ou ameaças de brigas. Funcionou a tática da maioria, como sempre, evitando o quórum qualificado de dois terços na Câmara — 320 votos favoráveis. A subemenda Uequed caiu nos votos dos deputados, não sendo submetida ao voto dos senadores. Foi mais ou menos o que fez o PDS em abril de 1984 com a emenda Dante de Oliveira, das "diretas já" — teve mais votos "sim", mas sem atingir o quórum qualificado.

Não votaram a matéria 121 deputados, aliviando das tensões Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga, José Lourenço e alguns líderes do PDS. O prenúncio da primeira crise político-militar da Nova República foi desfeito por volta das 4 horas da manhã de ontem, caindo no esquecimento os rumores que circulavam pelo Congresso da renúncia dos ministros militares, se aprovada a proposta de anistia de autoria do deputado gaúcho Jorge Uequed.

A sessão foi movimentada, mas, curiosamente, sem clima tenso. A maioria dos políticos da cúpula do PMDB e do PFL tinha quase certeza de que não haveria condições de a matéria alcançar 320 votos a favor na Câmara e, eventualmente, 46 votos favoráveis no Senado. Só por milagre. E, em política, os milagres são raros.

Às 2h30, o deputado Pimenta da Veiga (MG), líder do governo, subiu à tribuna para defender o substitutivo Glavarina — aprovado na véspera. Falou com convicção, conseguindo transmitir ao plenário uma impressão favorável, ao comparar dispositivos da subemenda Uequed e do subs-

titutivo Glavarina sobre critérios para a anistia. Pimenta foi interrompido várias vezes por aplausos. Deu ter mudado muitos votos.

Ao contrário do líder do governo o presidente do PMDB e da Câmara Ulysses Guimarães, falando em "explicação pessoal" — já que foi muito citado e instigado a votar a favor da anistia ampliada — não empolgou, nem sensibilizou seu partido, muito menos o plenário. Preferindo falar do microfone de apertar, no plenário, e não da tribuna, Ulysses comentou a co-responsabilidade no acordo para aprovar o substitutivo Glavarina, afirmando que havia votado na véspera a favor do pedido de festa da subemenda Uequed "por ter sido liberado pelo líder".

O presidente do PMDB deixou de falar, de forma convincente, do principal: a favor dos termos negociados para a convocação da Constituinte e para a concessão da anistia. Mas prometeu que a anistia teria prosseguimento e que a matéria logo passaria a ser da exclusiva competência do Legislativo. E recebeu poucos aplausos ao anunciar que votaria de acordo com a liderança do PMDB. Não falou nem dez minutos.

Às 3h10 começou a votação da subemenda Jorge Uequed. Quatro ex-cassados votaram contra: Roberto Cardoso Alves (SP), Milton Reis (MG), João Hercúlio (MG) e Israel Dias Novais (SP). Dos deputados mais ligados a Ulysses, somente o 2º vice-presidente da Câmara, Carlos Wilson (PE), votou a favor. Os vice-líderes do PMDB votaram divididos — a favor e contra à subemenda.

Provocando risos e apupos, o deputado Bocaíuva Cunha (EDT) anunciou que providenciaria a colocação de um painel na Cinelândia, no Rio, com os nomes dos deputados ausentes da votação. Na chamada dos deputados fluminenses, Bocaíuva Cunha não respondeu. Tinha saído do plenário. "Está no painel!" — gritou alguém. No final da votação, ele reapareceu e votou a favor.

O adiamento da decisão à convocação da Constituinte e do problema da anistia não deve ter desagradado muito ao PMDB. Pelo menos até a eleição de prefeitos o partido não será alvo de críticas por não ter apoiado uma anistia dita ampla, geral e irrestrita.

Flamariom Mossri

Queixa dos militares

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Assessores dos ministros militares consideram que a imagem do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, ficou desgastada no episódio da votação da emenda da Constituinte, que resultou na rejeição da subemenda do deputado Jorge Uequed, concedendo anistia ampla, geral e irrestrita aos civis e militares punidos pelo movimento de 64 e que não haviam sido alcançados pelo benefício em 79. Na interpretação desses assessores, o ministro do Exército foi injustiçado no noticiário da imprensa, "sendo apresentado como o vilão que tutelou o governo e impediu a medida".

Conforme os mesmos assessores, não houve veto à iniciativa por parte das Forças Armadas, mas apenas o cumprimento de acordo firmado entre o ministro Leonidas Pires Gonçalves, o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, para a aprovação do texto do substitutivo do deputado Valmor Glavarina. A anistia contida no substitutivo, frisaram, foi previamente negociada e os líderes da Aliança Democrática concordaram com o seu alcance. O problema, segundo os assessores, foi decorrer da forma como a questão foi encaminhada no Congresso pelas lideranças partidárias, e não por influência das Forças Armadas.

Mantida punição administrativa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O substitutivo Valmor Glavarina à emenda de convocação da Constituinte não contempla os praças e os oficiais punidos administrativamente pelo movimento de 64 com os benefícios da anistia. Não existe estimativa oficial sobre os militares que se encontram nessa situação, mas informações extra-oficiais dão conta de que cerca de seis mil praças da Marinha e da Aeronáutica aguardam a anistia desde 1979.

O substitutivo Glavarina, segundo assessores do Ministério do Exército, beneficiará aproximadamente 750 praças e oficiais daque-

la Arma. Embora anistiados em 79 — pois foram cassados com base nos atos de exceção —, só agora serão contemplados com as promoções a que teriam direito, pelo critério da antiguidade, se tivessem permanecido na ativa.

O substitutivo contempla também com anistia os servidores públicos civis da administração direta e indireta punidos com base nos atos de exceção, institucionais ou complementares e que não eram estatutários na época da punição. A anistia de 79 beneficiou apenas os estatutários, excluindo os celetistas e os contratados por outros regimes de trabalho. A proposta de Glavarina inclui os autores de cri-

mes políticos ou conexos e dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como servidores civis ou empregados demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política.

Lideranças da Aliança Democrática interpretam que a manutenção da palavra "conexos" permitiria a inclusão dos responsáveis por crimes como o atentado do Riocentro e o assassinato do jornalista Baumgarten: Por isso foi pedido destaque para a expressão, que não chegou a ser votado.

Os líderes governistas querem suprimir também a palavra "civis" do mesmo dispositivo, alegan-

do que a expressão significaria a exclusão dos militares.

Existe um pedido de desaque para suprimir a expressão "pelo princípio de antiguidade", sob a alegação de que os anistiados pretendem conseguir promoções com base no merecimento caso houvessem permanecido na ativa. Contudo, outro dispositivo da emenda dispõe que, a seu critério e iniciativa, a administração pública poderá readmitir ou reverter o anistiado ao serviço ativo. Determina, ainda, que a reintegração somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da emenda, impedindo que os anistiados venham a reivindicar na Justiça o pagamento dos atrasados.